



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Texto para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0028/12	DATA: 28/02/201 2
INÍCIO: 14h46min	TÉRMINO: 16h05min	DURAÇÃO: 01h19min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h19min	PÁGINAS: 25	QUARTOS: 16

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Cronograma dos trabalhos da Comissão e definição acerca das reuniões destinadas à apreciação do parecer do Relator.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que “*aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências*”.

Serão 10 anos a partir da sua aprovação no Congresso. O decênio será considerado a partir da data em que for promulgada a lei.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da 29ª Reunião, realizada em 15 de dezembro.

Pergunto se há necessidade de leitura da referida ata. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO IZALCI - Posso pedir a dispensa da leitura?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O Deputado Izalci, em conjunto, pede a dispensa da leitura da ata.

Não havendo discordância quanto ao pedido, fica dispensada a leitura da ata.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira fazê-lo, em votação.

Quem for a favor permaneça como está. *(Pausa.)*

Não havendo manifestação, aprovada.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Sr. Presidente, inicialmente eu quero dar o meu boa-tarde aos colegas Parlamentares, aos assessores aqui presentes e dizer da alegria de estarmos retomando o trabalho. Digo “retomando” porque, na verdade, as coisas neste País começam a acontecer depois do carnaval. Desejo boa sorte para todos nós, no sentido de que este ano seja exitoso. Espero que possamos cumprir o quanto antes a nossa missão, aprovar o Plano Nacional de Educação.

Sr. Presidente, quero fazer um registro muito especial no que diz respeito à posição adotada ontem pelo Ministro Mercadante de reafirmar, por meio de publicação, o novo reajuste do piso salarial do magistério. O reajuste reafirmado ontem pelo Ministro, com base no art. 5º da Lei nº 11.738, que instituiu o piso salarial nacional, vai ser de 22,22%. Será elevado o piso salarial do magistério para 1.471



reais. Esse reajuste vai ser retroativo a janeiro e corresponde exatamente à carga horária de 40 horas.

Presidente Lelo, eu quero dizer do importante papel que nós da Comissão de Educação e Cultura tivemos nessa luta. V.Exa. está lembrado de que, ao final dos trabalhos legislativos, fomos surpreendidos por uma decisão da Comissão de Finanças e Tributação, que alterou os parâmetros sobre o reajuste do piso salarial do magistério, alterou o projeto oriundo do Senado, relatado pelo Senador Cristovam Buarque. O projeto, ao chegar a esta Casa, foi aprovado por unanimidade na nossa Comissão, presidida por mim e por V.Exa., na CCJ e na Comissão de Trabalho. Infelizmente, na Comissão de Finanças, ocorreu algo diferente. Isso se deveu à pressão muito forte que os Governadores fizeram junto à Presidenta Dilma e à Comissão de Finanças. O fato é que fomos surpreendidos. Quando tomamos conhecimento do caso, a matéria já tinha sido concluída, aprovada. E o mais grave é que, naquele momento, essa decisão era terminativa, Deputado Paulo Freire. Portanto, não cabia mais recurso. Ela sairia de lá e iria para o colo da Presidenta da República, que só podia sancionar ou vetar o projeto.

Ao mesmo tempo, praticamente todos os Governadores fizeram grande pressão, devido à crise e às dificuldades orçamentárias. Os 2 milhões e meio de professores, que estavam fazendo suas continhas, de acordo com a lei, esperando um reajuste de 22,22%, se prevalecesse a decisão da Comissão de Finanças, receberiam reajuste de 6%. Seria apenas a variação da inflação medida pelo INPC.

V.Exa. se lembra de que a CNTE veio ao Congresso, veio à Comissão de Educação e Cultura, onde tomei a iniciativa de apresentar o recurso, que foi subscrito praticamente por todos os membros da referida Comissão, Deputado Paulo.

Paralelamente a isso, buscamos a negociação com o Governo, mas o processo não avançou, dada a pressão dos Prefeitos e dos Governadores. Houve pressão muito forte para que não apresentássemos o recurso, para que fossem retiradas assinaturas. Eu segurei o recurso e esperei até o último dia, regimentalmente, contando os dias e as horas. Esperei até 15 de dezembro. Ao chegar essa data, como não houve saída negociada, uma solução intermediária, eu disse ao Governo e à minha própria bancada que não tinha outra atitude a tomar a



não ser apresentar o recurso ao Plenário da Câmara dos Deputados. Não fazer isso seria um gesto de incoerência com toda a nossa luta, com toda a minha história de 30 anos de militância em defesa da educação.

Enfim, apresentamos o recurso. O que isso significou, Presidente Lelo? Na hora em que apresentamos o recurso, automaticamente a decisão da Comissão de Finanças foi sustada. Não foi anulada, foi sustada. No momento em que é sustada, prevalece a lei original, o art. 5º da Lei nº 11.738, que estabelece a variação quanto ao custo por ano do aluno do ensino fundamental — considera-se o FUNDEB —, com base em que se chega ao reajuste de 22,22%.

Como a lei também dispõe que o reajuste se dê no mês de janeiro, quero dizer que o recurso foi decisivo, determinante. Se não tivéssemos apresentado o recurso, o Ministério da Educação não teria como tomar essa decisão ontem.

Agora, Presidente Lelo, teremos de cumprir a lei. Não adianta, lei é lei, temos de cumpri-la. Na lei há o dispositivo da complementação financeira da União, se os Municípios alegam dificuldade, se os Estados alegam dificuldade. O que não se pode fazer é prejudicar o professor, é sacrificar o professor, de maneira nenhuma.

Não defender o reajuste do piso salarial do magistério significa não defender o PNE que estamos debatendo nesta Casa. A Meta 17 do PNE estabelece equiparação do valor médio do salário do professor ao valor médio do rendimento das demais categorias de nível superior. Como fazer isso? Isso será feito apenas se houver parâmetros que considerem, de um lado, a inflação e assegurem, de outro, ganho real.

O que a Comissão de Finanças fez desvirtuou por completo todo o trabalho que está sendo realizado quanto ao Plano Nacional de Educação. Se prevalecesse aquilo, eu mesma não teria mais cara, Deputado Izalci, para sair País afora defendendo o Plano Nacional de Educação, em que todos estamos debruçados.

Queria fazer esse esclarecimento, Presidente Lelo, na condição de Presidente da Comissão de Educação e da Frente Parlamentar em Defesa do Piso dos Professores.

Hoje, disse ao MEC que o caminho agora é instalar uma mesa de negociação com Governadores, Prefeitos, representantes dos trabalhadores para se pensar em



relação ao futuro, porque 2012 já foi. Qualquer mudança que venha a ser feita no índice de reajuste do magistério valerá apenas em 2013.

Peço a V.Exas. apoio, porque a Confederação Nacional de Municípios — CNM, que respeito, está atacando essa posição do MEC, está fazendo muitos ataques à nossa posição, querendo que o recurso seja imediatamente votado no plenário da Casa. Não adianta votarmos o recurso agora, Deputado Izalci. Não é que não tenha sido votado. Para o ano de 2012, não adianta mais.

Acho que o caminho mais sensato, Presidente Lelo, repito, é estabelecer uma mesa de negociação, no primeiro semestre — isso pode ser feito pelo próprio MEC —, em que tenham assento Governadores, Prefeitos, representantes da CNTE, para se pensar no caminho daqui para frente e não no caminho que a CNM quer. Ela quer que fique pura e simplesmente o INPC. Não dá para ser assim. Tem de ser o INPC e outro mecanismo, aliando-se à luta do PNE, para levar mais dinheiro para a educação.

Agradeço a V.Exa. a generosidade. Queria apenas fazer esse registro, para valorizar a mim, V.Exa., os Deputados Izalci, Alice, Bruna, todos os que fazem a Comissão de Educação e Cultura desta Casa.

Eu coordenei a questão do recurso, mas ele foi assinado por V.Exas. Todos os senhores assinaram o recurso que apresentamos na Comissão de Educação e Cultura.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Sem dúvida, Deputada Fátima, a manifestação de V.Exa. vai ao encontro de tudo o que nos reuniu em torno do tema, de tudo que nos reuniu em torno da preocupação e da busca de um piso nacional dos professores. Acabamos, em 2012, estabelecendo uma referência a respeito de para onde vai convergir a busca de soluções quanto a um piso salarial mínimo para o magistério, nacionalmente.

Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, quero reforçar tudo o que disse a Deputada Fátima.

Ao mesmo tempo, quero fazer um sinal de alerta no que se refere a essa questão das greves. Recentemente, na Comissão de Educação, iniciamos o debate



a respeito da visita de uma Subcomissão aos Estados em que havia greve naquele momento. Com o reajuste de 22,22% — o valor passa para 1.451 reais —, a tendência natural é de que agora comece novamente o processo, porque alguns Estados e Municípios ainda vão insistir em não pagar esse piso. E não se trata apenas do piso. Há também uma situação grave, que diz respeito a um terço fora de sala de aula, previsto em lei, o qual 17 Estados não estão cumprindo. Acho que a lei tem de ser cumprida integralmente.

Portanto, acredito que é oportuno, em nossa primeira reunião oficial sobre o Plano Nacional de Educação, fazermos um convite ao Ministro Mercadante.

Aproveito a oportunidade para dizer que aguardamos ansiosamente o Ministro da Fazenda, para que possamos ser convencidos ou para que possamos convencê-lo a respeito da questão dos 10% do PIB.

O Ministro Mercadante adotou a posição ontem, o que achei interessante e importante para o processo de educação, e anunciou o reajuste, passando o valor para 1.451 reais.

Então, precisamos discutir a questão dos recursos, porque sabemos que os Estados têm dificuldades. Temos de encontrar um mecanismo para que a União tenha participação maior nesse processo. A lei prevê que os Estados e Municípios que não conseguirem pagar podem recorrer à União. A informação que temos é de que nenhum Estado ou Município recorreu à União para solicitar recursos para fazer o pagamento do piso.

É um tema importante. Esta Comissão precisa estar atenta a isso.

Acho oportuno, na discussão que devemos realizar daqui a pouco sobre a visita do Ministro, tocarmos nesse assunto também, pois é muito relevante o cumprimento integral da lei do piso nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Recorrer à União acaba sendo uma fonte de conflito, porque essa é um aspecto fundamental da PEC 300. A vinculação nesse formato faz parte dessa discussão. Todas as categorias nacionais fazem essa discussão e remetem para o Governo Federal a complementaridade de salário onde for necessário.

Há na mesa um ofício do Líder do PDT, Deputado André Figueiredo, que indica o Deputado Marcos Rogério, do PDT de Rondônia, para integrar, na condição



de suplente, a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010.

Ordem do Dia.

A pauta de hoje prevê trabalho sobre um esboço de cronograma quanto aos nossos movimentos daqui por diante.

O Deputado Angelo Vanhoni está a caminho. Vou adiantar algumas coisas que fizemos juntos. Em seguida, ele fará a complementação, até para que possamos adiantar as nossas manifestações sobre o assunto.

Formalmente, hoje é o dia da reinstalação da nossa Comissão. Tudo indica que, no próximo dia 14, será reinstalada a Comissão de Educação.

Nesta semana, haverá o debate sobre com quais partidos vão ficar as Presidências. Na semana que vem, indicação e eleição de Presidentes e Vice-Presidentes.

Saímos do mês de dezembro com um convite assinado por todos e aprovado na Comissão, a fim de que pudesse estar aqui o Ministro da Fazenda para debater o tema percentual do PIB e PNE no próximo decênio. A que conseguimos chegar até este momento? Acho importante que os Deputados se manifestem, porque essa decisão vai dar sequência ao que teremos de trabalho em relação ao PNE.

Na semana antes do carnaval, eu e o Deputado Vanhoni estivemos com o Ministro Mercadante. Mostramos para o Ministro o funcionamento do nosso trabalho, a nossa expectativa de iniciarmos em março o debate e a votação das metas. Teríamos um debate inicial do substitutivo que será apresentado e um debate sobre sua remessa ou não ao Plenário. Na sequência, os nossos debates e a votação das 20 metas.

O Ministro se colocou à disposição para vir aqui. Está buscando conjugar a sua vinda aqui com sua presença na Comissão de Educação do Senado, aonde vai amanhã. Ele nos informou que estaria na reunião de reinstalação da Comissão de Educação.

Não vejo inconveniente, mas remeto aos Deputados e Deputadas a decisão de realizarmos uma reunião desta Comissão em conjunto com a Comissão de Educação, para promovermos um só debate com o Ministro sobre o PNE e a expectativa de financiamento.



Segundo ponto. O Ministro da Fazenda está com dificuldade, devido à sua agenda, de se fazer aqui presente. Ele se coloca à disposição.

A posição que nos foi enviada é de que o Secretário Márcio Holland, da Secretaria de Política Econômica, viria aqui, para que pudéssemos discutir a justificativa e os parâmetros do financiamento proposto pelo Relator (de 7,45%), que é o resultado final. Isso foi conversado com o Ministro, no último encontro comigo e com o Vanhoni, bem como o número que o Vanhoni construiu como relator, a ser apreciado aqui na Comissão.

Se for do consentimento da maioria, proporia que, nessa reunião conjunta da Comissão de Educação e do PNE, pudéssemos receber o Ministro Mercadante e o representante do Ministério da Fazenda, para, além de tratarmos do conjunto do PNE, tratarmos também dos parâmetros e expectativas do Governo e da sociedade quanto ao campo de financiamento percentual do PIB.

Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, até concordo com a reunião conjunta. Não vejo nenhuma dificuldade, até porque a maioria dos membros do PNE são membros da Comissão de Educação.

Agora, a questão é que fui um dos Deputados que assinou a convocação do Ministro, e essa convocação foi transformada em convite. Uma vez que nem o Secretário-Executivo Adjunto possa estar aqui — sei que o Nelson Barbosa é o Adjunto, e que durante algum tempo foi até Ministro —, mandar um outro que não seja o Ministro particularmente acho um desprestígio muito grande para a Educação.

Toda vez que se fala em Educação, há esses questionamentos, esses problemas que acabam inviabilizando a presença dele aqui. Como acho que o grande problema do Plano Nacional de Educação é a questão dos recursos, dos 10% do PIB, deveríamos insistir na presença do Ministro, ou, talvez, abrir mão para o Adjunto Nelson Barbosa. Afora isso, seria para nós do Plano Nacional e da própria Comissão de Educação um desprestígio muito grande.

Essa matéria merece atenção. Acho que o Ministro deveria viabilizar sua agenda para estar aqui. Tenho dificuldade em concordar a receber aqui o adjunto do adjunto do adjunto do Ministério da Fazenda, até porque essa é uma matéria



decisiva e ele não tem poder de decisão. Precisamos da presença de quem possa decidir, e sabemos que quem decide é o Ministro.

Concordo em fazer a reunião em conjunto, mas discordo em aceitar a substituição do Ministro, ou até do Adjunto, pelo Secretário de Políticas Econômicas, pois acho que ele não tem poder de decisão. O que precisamos aqui é sermos convencidos, como parece-me que foi — o Governo conseguiu sensibilizar o Relator que 7,5% é suficiente. Particularmente, não estou convencido disso. Tenho elementos para tentar convencer o Ministro, mas discordo de que a presença do Subsecretário seja decisiva para nós, pois não é.

Gostaria de insistir no requerimento de convite; e, se não conseguirmos, de reafirmar e, talvez, reapresentar aqui um convite de convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputada Fátima.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Sr. Presidente, acho perfeitamente adequado fazermos a reunião conjunta, como Izalci já colocou, até porque 90% dos membros da Comissão de Educação são membros desta Comissão. Quanto a isso, perfeito!

Com relação à questão da Fazenda, queria ponderar e fazer uma sugestão a V.Exa., Deputado Lelo. Se o Ministro Guido não puder vir, que façamos o debate com o Nelson Barbosa, o Ministro-Adjunto.

Coloco-me à disposição para ajudar V.Exa. nesse contato junto ao Governo. Se o Ministro Guido não puder vir, como realmente já está sendo colocado, devido ao problema de agenda, que possamos fazer um movimento para que venha o Nelson Barbosa. Dessa forma, poderemos manter a nossa reunião no dia 14.

A última observação é a seguinte: se por acaso houver algum imprevisto do ponto de vista de agenda da Comissão de Educação — e espero que não haja, porque, enfim, é bastante razoável supor que até o dia 14 nós já teremos a nova Mesa Diretora da Comissão de Educação instalada, como é de praxe, todos os anos os Ministros abrem os trabalhos da Comissão —, nós voltaríamos a discutir isso com a Assessoria do Ministério da Educação. Por quê? Porque também a Comissão Especial não pode esperar mais. Nós estamos trabalhando, o Relator está trabalhando. Deixamos aqui, no fim do ano passado, uma proposta de até final de março concluir a votação do Relatório. Então, não podemos também ficar



esperando. O Ministro Mercadante deseja vir. Ele disse isso a você, disse ao Vanhoni e me disse, desde o ano passado.

Enfim, é isso. Eu acho que é razoável, dia 14, fazermos isso em conjunto, com bastante tempo, Deputado Paulo.

Quanto à questão de o Ministro da Fazenda não poder vir, que pudéssemos trazer o Ministro-Adjunto, Nelson Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Mais alguma manifestação?

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Só quero dizer, Deputado, que o meu sentimento é o mesmo.

Quero apoiar aqui as palavras do Deputado Izalci e também da Deputada Fátima.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - V.Exa. com a palavra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Quero cumprimentar todos os nossos colegas da Comissão.

Agora, de fato, temos que afunilar para podermos aprovar, de forma mais rápida possível, o Relatório do Plano Nacional de Educação. No entanto, sabemos que o fator que pode trazer para nós alguma surpresa na aprovação é o percentual de aplicação de recursos para a Educação. Inclusive, esse é o fator provocativo de poder fazer com que diversos Parlamentares possam levar o projeto para o plenário.

Então, essa questão deve ser motivo de sensibilização, tanto para a vinda do Ministro da Educação, quanto para a do Ministro da Fazenda ou do Ministro-Adjunto. Se não ultrapassarmos essa questão e a Comissão não estiver inteiramente esclarecida e convencida de que o percentual previsto no relatório consegue suprir aquilo que é previsto nas metas, nós teremos dificuldade no encaminhamento do Relatório para uma votação plena na Câmara dos Deputados; podemos ser, inclusive, surpreendidos no plenário com alterações do plano e outras questões que não são oportunas ou pertinentes.

Então, eu acho que devemos esgotar isso, Izalci, porque os Parlamentares desta Comissão precisam, inclusive, ter bastantes argumentos para poder aprovar um plano com um percentual aquém da nossa expectativa. Nós temos de ter



inclusive bastantes argumentos para poder convencer esta Casa de que o percentual aprovado dá conta das propostas.

Então, acho que precisamos fortalecer isso. Um argumento é este. Se isso não for vencido, nós podemos colocar o plano todo em um desgaste muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Severino.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Sr. Presidente, quero endossar as palavras do Deputado Izalci e dos colegas sobre a necessidade da vinda do Ministro a esta Comissão.

Eu acho que os dados que o País apresenta na Educação já são convincentes. Não temos de convencer ninguém de que 7,5% é pouco, é insuficiente. Ora, estão aí os dados, os levantamentos. A Educação é um caos! O Brasil está atrás de países da América do Sul, da América Latina, muito menores economicamente. Então, acho que não temos de convencer ninguém de que 7,5% é pouco.

Agora, não querer dar é outra questão. Mas o fato é este: se o Plano para 10 anos é para valer, se é para colocá-lo em prática, tem que haver dinheiro; tem que haver gestão; tem que haver fiscalização e punição para quem não cumprir o Plano. Sobre autoridade, fiz até uma emenda neste sentido, para que a autoridade que não trabalhar para cumprir o Plano seja multada.

Hoje estamos aqui para fazer uma mera carta de intenções. Acho que precisamos, se o Ministro não quiser vir, atuar junto à Presidente Dilma, que foi eleita para governar o País, e convencê-la, ou levar a ela esta questão de que a nossa Comissão aqui, no Parlamento, pede mais recursos para a Educação. Os dados são suficientes para convencer qualquer autoridade. Estamos aí nos piores indicadores, seja em Ciências, Matemática, Português, em qualquer área. O País não está bem nesses setores, apesar de ter melhorado nos últimos anos com o FUNDEB, o FUNDEF, esses fundos. Mas ainda insuficientes são os recursos. Portanto, precisamos que o Ministro venha aqui debater conosco sobre esses assuntos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Linhares.



O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Sr. Presidente, nobres pares, em primeiro lugar, uma saudação cordial a todos vocês, já que nós estamos, de direito e de fato, iniciando as nossas atividades.

Eu penso que o Izalci tem toda a razão. Ou a Educação é prioritária, ou não é prioritária. Eu acho que não existe — nenhum de nós — quem não considere a Educação como prioritária. Se nós examinarmos os nossos números, nós não vamos dizer que não estamos progredindo. Mas, se porventura não houver recursos para a Educação, aquilo que é almejado por todos nós, que seria o Brasil galgar posições relevantes dentro da ciência, da tecnologia, faz-se necessário que o nosso Ministro esteja aqui presente. Eu acho que S.Exa. conhece bem os números, e que, se vier, por exemplo, um dos assessores, acho que esse não decide absolutamente nada. Ele nem leva, eu diria, o sentimento coletivo de toda esta Comissão, que é a Comissão de Educação do nosso Legislativo, da nossa Câmara.

Então, a reunião conjunta eu penso que é eficiente, eficaz, porque teríamos o Ministro da Educação, que é, digamos, o gestor maior. Mas ele não poderá nunca gerir, dar os passos qualitativos que aguardamos, sem ter recursos para fazê-lo.

Então, eu homologo, e fico de acordo, secundando essa opinião do nosso querido Deputado Izalci.

Que este registro fique aqui consignado, Sr. Presidente, e que V.Exa., juntamente com o Relator, leve essa preocupação, dizendo que esta Comissão se julga um tanto quanto preterida, já que, vindo um terceiro escalão, esse não vai resolver absolutamente nada.

Muito obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Bem, decisão verbalizada por todos.

Nós temos presente aqui o Fabiano Lima, assessor da Secretaria de Relações Institucionais, e o Rogério dos Anjos, assessor do Ministério da Educação. A questão do Ministério da Educação já está resolvida. Nós faremos, então, uma reunião conjunta na sessão de posse da Comissão de Educação, e trataremos do PNE, inclusive do financiamento do ponto de vista do MEC, o.k.? Há possibilidade de fazermos em conjunto.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Só uma questão, que vamos ter que levantar na própria reunião. É que, muitas vezes, começamos a votar a questão das metas. Começamos normalmente da primeira, e acabou que os recursos ficaram sendo a última. Eu acho que é incompatível votarmos todas as metas e deixar por último a discussão dos recursos. Então, fatalmente, não sei como, nem se regimentalmente vamos saber conduzir isso, mas acho que a primeira discussão das metas é a questão do recurso, porque é em cima do recurso que se trabalha sobre as metas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Naturalmente, mesmo que ela seja a vigésima, a atenção que vai ser colocada é a de que ela seja a primeira — está certo. Mas teremos que ver, regimentalmente, como responderemos a essa questão.

Pelas manifestações, Fabiano, nós ficamos num impasse. Qual é o impasse que está posto? Para darmos o passo seguinte no PNE, precisamos do representante titular do Ministério da Fazenda, ou de seu preposto imediato, o Secretário-Executivo ou o Ministro-Adjunto.

Então, nós precisávamos que essa situação fosse tratada dessa maneira. E, sendo assim, não precisa ser necessariamente na mesma reunião. Aliás, na minha opinião, em separado até seria mais conveniente. Poderíamos fazer uma reunião no horário ordinário normal da Comissão Especial do PNE, na terça-feira, dia 13, e, no dia 14, uma reunião conjunta com a Comissão de Educação, com o Ministro Mercadante.

Então, esse é o indicativo que faço, atendendo ao conjunto das manifestações.

Eu só quero que o senhor esteja ciente de que essa manifestação do conjunto majoritário da Comissão do PNE foi feita com caráter convocatório ao Ministro. Entendemos que o caráter convocatório poderia ser amenizado, negociando para transformá-lo em convite. Mas para isso precisamos da garantia da presença do Ministro aqui. Então, no debate que houve aqui, para nós isso já teria sido uma concessão dada a esse assunto. Mesmo que o Governo reafirme a sua posição, esse se tornou, ou se tornará, um fator de impasse ou de progressão do PNE aqui. Até porque nós temos dois momentos imediatamente seguintes a esse. O primeiro é que, se tiver 51 assinaturas, será debatido em plenário. A Comissão não quer isso.



Queremos o parecer terminativo aqui, queremos concluir o nosso trabalho que começou em abril. E o segundo debate vai ser o substitutivo integral, que foi apresentado.

Então, solicito que o senhor se manifeste, se for o caso, e se comprometa conosco quanto a essa questão.

O SR. FABIANO LIMA - Só para esclarecer: sou assessor da SRI e estou aqui como seu representante. Tentei há pouco entrar em contato com a assessoria do gabinete do Ministro Guido, o Sr. Demetrius, que é o Assessor Especial do Ministro, para justamente verificar as possibilidades das datas propostas na semana do dia 14 de março, numa reunião, a princípio, que seria conjunta — mas estou entendendo agora que poderia ser o caso de realizar reuniões em separado.

E, na impossibilidade da vinda do Ministro Guido, os Parlamentares expuseram a conveniência de vir aqui o Secretário-Executivo do Ministério, o Sr. Nelson Barbosa. Apenas à guisa de esclarecimento, dentro do Governo, nas reuniões em que estamos tratando do Plano no âmbito do Ministério da Fazenda, do MEC e do Ministério Planejamento, Orçamento e Gestão, quem está sendo convidado? Quem está representando o Ministério da Fazenda é o Secretário Márcio Holland, da Secretaria de Política Econômica. Foi delegado a ele pelo Ministro Guido o acompanhamento da matéria.

Quanto à capacidade de informação, de detalhamento e dos argumentos que o Ministério da Fazenda possui para defender as suas posições e os seus argumentos, esclareço aos Deputados que o Secretário Márcio Holland é quem está mais a par de tudo isso; inclusive, é ele quem está fazendo todos os *briefings* ao Ministro e ao Secretário Nelson.

Mas eu entendo a ponderação do Plenário da Comissão e vou levá-la comigo. Eu posso inclusive cobrar algum tipo de resposta, o mais rápido possível, para que o próprio assessor Demetrius, que é o responsável pelo acompanhamento parlamentar no Ministério da Fazenda, ou então o Salomão, que é o seu imediato, passe a se reportar e falar sobre a possibilidade de datas com o Presidente da Comissão, Deputado Lelo Coimbra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Eu só quero que seja reafirmado no contato com o Ministro que, primeiro, não é por uma condição de



intransigência que esse pedido está sendo reiterado, mas, sim, para se ter uma interlocução com aquele ou aqueles com capacidade de decisão, porque o que for dito aqui será a posição final e definitiva que vai a debate e voto.

Segundo, em sendo o Ministro ou o seu Secretário-Adjunto, nesse caso, eu acho conveniente não superpor dois Ministérios com duas personalidades com esse perfil, porque ambas ocuparão um tempo maior. Assim, se a Comissão não se manifestar em contrário, nós preferiríamos até que fosse uma sessão em separado para o PNE. Assim, nós convidaríamos quem da Comissão da Educação Permanente desejasse vir para o debate, e a sociedade também — mas preferiríamos que fosse em separado.

Então, nós precisamos, para dar seguimento ao nosso debate e votação do PNE, da presença do Ministro Mantega ou do Secretário Nelson Barbosa. São as condições *sine qua non* para darmos os passos seguintes. Além disso, significa uma expectativa de tratamento respeitoso ao Parlamento, do ponto de vista dessa expectativa colocada.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Deputado Lelo, só para esclarecer. A vinda do Mercadante estaria mesmo prevista para o dia 14, na reunião conjunta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Dia 14, na reunião conjunta. Em sendo instalada a Comissão de Educação, a nossa expectativa é a de que o Ministro Mercadante esteja aqui, para nos relacionarmos enquanto comissão e, ao mesmo tempo, para conversarmos com ele sobre o PNE.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Perfeito. Eu só queria acrescentar, diante do que o Fabiano acaba de expor, não obstante aquilo que eu já disse: que o Ministro Guido está com problema de agenda. Então, foi elencada aqui a sugestão, Vanhoni, de que o Ministro-Adjunto Nelson Barbosa viesse.

Agora, diante do que o Fabiano expôs, independente da vinda do Ministro-Adjunto Nelson Barbosa, é bom que o Secretário venha. E vou ser muito sincera em dizer por quê. Porque, enfim, se a gente quer uma reunião produtiva, para debater aqui os temas, não para fazer proselitismo, mas uma reunião produtiva, de debate, é bom, exatamente, que tenha alguém aqui para debater o PNE e que tenha conhecimento da matéria. É bom que venha — ouviu, Fabiano? É a minha



sugestão, independente de o adjunto vir. Que o Secretário Nelson venha, já que ele é quem está fazendo esse acompanhamento junto ao Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ofereço três datas ao representante da Fazenda ou ao Ministro: dia 6, uma terça-feira; dia 7, uma quarta-feira; ou dia 13, uma terça-feira. São estes os dias: 6, 7 ou 13, o.k.? (*Pausa.*)

Feito esse encaminhamento, tive a informação de que o Deputado Angelo Vanhoni estava com dificuldade de comparecer a esta reunião, por motivo de saúde. Mas agradeço a sua presença, apesar do percalço.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Tive que descansar por um período porque estou com um aparelho novo que força um pouco a perna. Preciso de adaptação. Como eu fiquei hoje, pela parte da manhã, trabalhando, eu estive um pouquinho em repouso para melhorar. Mas estou bem, tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Feito esse registro do Deputado Angelo Vanhoni, convocamos a próxima reunião, que, em princípio, será em conjunto com a Comissão de Educação, na sua instalação, para o dia 14, às 10 horas, podendo haver uma reunião específica da Comissão do PNE no dia 6, no dia 7 ou no dia 13, conforme a agenda fazendária solicitada aqui ao representante das relações institucionais do Governo Federal.

(Intervenção ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Apenas um registro final. O Deputado Severino falou em 7,5%. Apenas para uma justiça de números, embora seja pouca a diferença, o Deputado estabelece a expectativa de 7,45%.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Quando apresentamos o relatório com, no mínimo, 8% de investimento público total, a previsão era de 8,1%. Mas para não ficar em 8,1%, falamos em, no mínimo, 8%. Na nossa planilha, melhorando os valores da Educação Integral e também da inclusão de jovens no ensino profissionalizante, colocando valores para a educação de jovens e adultos, que no projeto original do MEC não há, colocando valores para a inclusão de 1,5 milhão de jovens, segundo dados do Censo Demográfico referente à Educação Especial, que o projeto original não coloca, atribuindo valores e mudando os quantitativos do Ensino Superior, o mais oneroso do ponto de vista de custos para a Educação, a soma disso tudo, e adotando parâmetros hipotéticos, porque não é uma lei, mas com base



naquilo que as entidades têm falado sobre o CAQ, com base no Conselho Nacional de Educação, que também estipulou um valor mínimo a ser pago por estudante para creche, para educação de jovens e adultos, para o Ensino Fundamental, distribuimos os recursos. Então, ao fazermos a conta final, chegamos a 7,44%, porque se trata de fazer uma conta mesmo. Apontamos onde poderíamos alocar esses recursos. O MEC apontou em estudo onde aplicar os 7%. Nós redirecionamos os 7% e aumentamos 0,44%. Para arredondar, 7,5%, porque não vamos ficar falando em 0,44%. Então, 7,5% de investimento direto e, no mínimo, 8,1% de investimento total público. É essa a conta. Não muda a conta do que foi apresentado.

Como todos nós sabemos, houve polêmica sobre investimentos total e direto. A Comissão, a Câmara e o Senado terão a prerrogativa de modificar essa redação. Eu modifiquei-a e vou apresentar no relatório final uma nova, consignando o investimento direto e mantendo os 8,1% de investimento total. Mas, no mínimo, os 7,5% de investimento direto ficam garantidos pela legislação.

Por que fazemos isso? Porque com a proposta não alteramos nenhum valor daquilo proposto pelo CAQ e pelo Conselho Nacional de Educação, e não diminuimos nenhum percentual de inclusão no sistema educacional.

Para se ter ideia do que dá para fazer com 7,5%, o Governo Lula, nos últimos 8 anos, criou 8 universidades. A maior delas tem 10 mil alunos, e ainda não está completa. No Estado do Paraná, uma das universidades federais mais antigas do Brasil tem 27 mil alunos — não sei quantos tem a de Minas Gerais. Na proposta de 7,5%, no sistema presencial, apontamos para o Brasil, no Ensino Superior, o desafio de criar 130 mil vagas por ano ao longo de 10 anos. Isso significa criar 4 universidades com 30 mil alunos durante 10 anos. É um desafio monumental para a Nação, é o resgate de uma dívida histórica que temos com o Ensino Superior. Do ponto de vista público, atingimos hoje apenas 1,6 milhão de estudantes nas universidades públicas federais e estaduais, e temos perto de 38 milhões de jovens com idade para fazer curso superior.

Quando traduzimos o número do PIB aplicando-o a uma meta, veremos quanto esses recursos podem satisfazer ou apontar na direção de superar um desafio histórico da Nação.



Por isso, eu, particularmente, estou convencido de que 7,5% é uma ousadia. Não resgata a dívida histórica que tem o Brasil. Mas acho que vamos resgatá-la ao longo das futuras gerações, ao longo do tempo. Porque 7,5% do PIB são recursos suficientes para reestruturarmos o sistema educacional brasileiro sobre outras bases, de inclusão e de qualidade, porque prevê-se também o pagamento, através do FUNDEB, de uma jornada dupla, com custo-aluno integral para a educação em jornada de 6 horas, no mínimo, o que acontece hoje. As prefeituras não expandem por falta de recursos para expandir a sua jornada de 4 horas no Ensino Fundamental, como sabemos. Agora, se esse dinheiro for repassado pelo FUNDEB entre União, Estados e Municípios, a jornada de 6 horas passa a ser uma realidade, saindo de 1 milhão e 800 mil e indo para 11 milhões de estudantes em todo o Brasil, o que é um salto. Financeiramente, na ponta do lápis, essa proposta está consignada nos 7,5%.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pretendo apresentar o Relatório. Estou trabalhando desde antes do Carnaval. Hoje já analisamos várias emendas. A minha ideia é de lá pelo dia 20 estar com o texto pronto, para travar ampla discussão. E a metodologia sugerida pela Terezinha é fazermos ampla discussão com a Comissão, sem ser a discussão para votação. Que façamos uma discussão preliminar para algumas sugestões e discussões.

Por exemplo, o Deputado Izalci não concorda com o PIB, mas quer sugerir algo em relação a uma estratégia ou meta de interesse, que considerou como importante, mas que eu não consignei no Relatório. Pois nessa reunião preliminar, fruto da discussão, posso absorver a ideia do Deputado Izalci e trazê-la, no dia seguinte, no texto final. Isso diminui o trabalho de votação e debate. Se pudermos construir consenso em termos de conceitos, perspectivas e diretrizes na área da educação, facilitaremos nosso trabalho na hora da votação.

O Presidente marcaria uma reunião oficial para discussão, apresentando o relatório, não de uma maneira a submetê-lo a votos, mas simplesmente apresentando o relatório, distribuindo-o. E posso distribuí-lo uma semana antes. Daí V.Exa., Sr. Presidente, marcaria uma reunião preliminar, para que os Deputados pudessem debater o assunto, quando eu poderia acolher algumas sugestões.

(Intervenção ininteligível.)



O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Esse exercício é um híbrido: toma como parâmetro os valores pagos pelo FUNDEB, o recurso oficial por onde o MEC fez a sua planilha de custos, que é o que os Estados e Municípios praticam; a tese do Conselho Nacional de Educação, que elaborou o CAQ; e aquilo que a Campanha Nacional Todos pela Educação elaborou como parâmetro.

Podemos marcar uma tarde apenas para discutir onde e de que forma serão aplicados os 7,5%, como está montada a estrutura. Essa é uma sugestão.

O projeto de lei não entra nesses detalhes; define apenas o referencial do PIB. Essa planilha de custos é uma sugestão anexa para a sociedade e o Governo, porque o Governo também fez um anexo na sua proposta. Mas isso não entra como obrigatoriedade. Não podemos obrigar União, Estados e Municípios a por um valor fixo no FUNDEB, hoje, nem elaborar qual o CAQ, porque este demanda estudos, demanda toda uma pesquisa para se saber dos insumos necessários para se ter o Custo Aluno-Qualidade no Brasil. Isso tem diferenças no Piauí, tem diferenças em São Paulo, tem diferenças no Rio Grande do Sul. É preciso montar todo um estudo, para termos uma média.

O Conselho Nacional de Educação fez um esforço, que está aí para ser homologado. Acho que nesse dia poderíamos... Até o Deputado Raul Henry não esteve presente quando discutimos a polêmica sobre os dados do INEP, sobre o custo-aluno que o INEP tem e sobre o custo-aluno *per capita*, que também é outra possibilidade de se fazer o cálculo. Nós podemos fazer uma reunião só com os economistas que têm alguma divergência ou alguma opinião sobre isso. Poderíamos até marcar uma audiência, um dia, só para fazer essa discussão. Assim eliminamos essas dúvidas.

Nós temos diferenças em relação ao PIB. E não tem problema termos essa diferença, porque há movimento social que defende 10%, há partidos que já se posicionam por 10%, e nós vamos ter que votar um PIB diferenciado aqui. Mas, para que todos saibam como estão montados os 7,5%, ou os 8%, no total, era bom aprofundarmos a discussão que nós fizemos no final do ano passado.

O Deputado Raul Henry trouxe uma dúvida a respeito do cálculo de dados do INEP. Nós fizemos uma reunião em que o Deputado Lelo lá esteve. Acho que V.Exa. estava junto — não é? Nós a fizemos no meu gabinete. O Deputado teve que ir



embora, e não pudemos fazê-la no dia seguinte. Mas foi muito boa a reunião, e podemos reproduzir essa reunião agora para o conjunto da Comissão, não apenas para um grupo que estava interessado naquele momento.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Lelo, só registro a presença dos Prefeitos Buba, de Picuí, da Paraíba, meu Estado de origem — Picuí é vizinha a Palmeira, cidade onde eu nasci —, e Alexandre, do meu Estado de adoção, que é o Rio Grande do Norte. Quero registrar a presença dos dois para dizer que, a despeito dessa choradeira toda, são dois Prefeitos que estão pagando o piso salarial do magistério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Senão você os depõe!
(Risos.)

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Estão pagando o novo reajuste ou... Ah, bom!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Vanhoni, quero enriquecer este debate final, este intróito do que deverá ser um belo e grande debate, com a referência à Terezinha, porque ela tem sido muito preciosa ao buscar regimentalmente todas as nossas obrigações e necessidades. Particularmente, nós temos que ter muita cautela com tudo que possa transgredir o Regimento, para não transformar a peça num ambiente de ilegalidade e para que não vá por terra por algum questionamento pós-votação, com lacunas de ilegalidade.

Nós vamos ter que ampliar e aprofundar, da forma mais democrática e mais informativa possível, mas nos resguardando. A reunião de debate não pode ser de apresentação de relatório; tem de ser uma reunião de debate sobre o plano, mas sem que isso seja uma pauta formal. Senão, nós entramos em desconformidade regimental, com o que nós temos que ter muita cautela. Nós temos que ter uma preocupação com esse método.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Lelo, só quero reafirmar — ouviu, Deputado Vanhoni? — uma colocação que fiz. É a seguinte: apesar de o PIB, de a meta estar na vigésima e a tendência seja começar pela primeira — essa é a tendência —, eu sugeri então que víssemos a questão regimental de como votar primeiro o recurso.



É até uma dificuldade. Vamos fazer um exercício aqui. Suponhamos que entre primeiro a votação dos 10% e que nós consigamos aprová-los. Evidentemente, isso muda completamente, em termos das outras metas, porque está tudo estruturado em 7,5%.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Eu acho que não é assim a votação. Ao que me parece a votação vai ser... Há um substitutivo que vai ser apresentado pelo Relator, e há outra emenda, que é a emenda substitutiva, apresentada pelo Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Integral.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Integral. A Comissão terá que, primeiramente, se posicionar sobre esse ou aquele substitutivo. Aprovou-se o Substitutivo do Relator, ressalvadas as emendas. Quando se chegar à Meta nº 20 — há emendas referentes à Meta nº 20 que trabalham sobre 10% e outras que trabalham sobre 8% —, os partidos poderão fazer destaque, e os Deputados também poderão fazer destaque sobre as emendas não aceitas pelo Relator.

Então, eu acho que o procedimento deve ser esse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - A questão dos destaques e a preferência por eles resolvem essa preocupação. Se aprovado com maioria, cumpra-se o destaque sugerido.

O Deputado Raul Henry chegou antes e já tinha pedido a palavra, e eu acabei atropelando a sua intervenção.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Eu realmente não participei da reunião que aconteceu na sala da Presidência da Comissão e na Relatoria, mas acho que é muito oportuno esse debate aqui com economistas que estudaram o CAQ. O problema que o CAQ apresenta hoje é que ele tem um valor mais baixo do que o investimento direto por aluno/ano que o Brasil faz hoje. Isso é uma contradição, e uma contradição matemática grave. Se o CAQ reflete o custo de uma escola que pretendemos no futuro, ele não poderia ser um valor mais baixo do que o investimento direto que o Brasil já faz hoje por aluno/ano. Diante dessa contradição, precisamos aprofundar os números.

Eu li o documento do Conselho Nacional de Educação. Ele faz uma conta de trás para frente. Ele pega o que a União Europeia, a OCDE gasta como percentual



da renda *per capita* por aluno, que dá aproximadamente 15%, e aplica sobre a renda *per capita* brasileira. Por isso dá um valor muito pequeno. Não é uma conta feita assim, calculando-se o custo de insumo por insumo. Por isso o valor final é mais baixo que o valor atual do investimento direto por aluno/ano que o Brasil já faz.

Daí, Deputado Angelo, acho da maior importância esclarecermos esses números, porque estamos realmente diante de um problema que tem que ser equacionado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, só pude pegar o voo de 12h35min. Vim direto do Aeroporto de Brasília para cá; não pude chegar antes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Eu não entendi a primeira frase.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu só pude pegar um voo de Recife para Brasília às 12h35min. Então, não tive condições de chegar antes e participar do encontro na Comissão.

Eu gostaria de fazer uma consulta a V.Exa. Nós temos, nesta Comissão, como na Comissão de Educação, alguns Parlamentares que se dedicam mais ao tema Plano Nacional de Educação, a alguns dos aspectos que são observados no Relatório do Deputado Vanhoni e na proposta enviada pelo Poder Executivo.

A primeira consulta que eu faria a V.Exa. é sobre se haveria espaço entre nós, para que pudéssemos defender teses. Eu tenho uma tese sobre a problemática do financiamento, e acho que não seria oportuno que, na própria reunião da Comissão, nós tivéssemos tempo diferenciado para aqueles Deputados ou Deputadas que quisessem expor a defesa dessa tese.

Esta é a primeira consulta que eu faço a V.Exa.: se poderíamos ter um momento, entre nós, Deputados da Comissão, em que tivéssemos mais tempo para apresentar cálculos, para apresentar relatórios, para trazer opinião, cálculos e estudos de economistas que fundamentassem a discussão do financiamento.

Uma última questão.



Parece-me que precede o debate do financiamento a discussão sobre o que queremos para a Educação no Brasil. Nós estamos sendo aqui cotidianamente atingidos por inúmeras medidas governamentais que refletem o não limite. Eu vou dar um exemplo. Discuti durante quatro meses a PEC 61, enviada pela Presidenta Dilma, que propõe a prorrogação da DRU até 2015. Estudando com a consultoria técnica da Casa, concluímos que o tema endividamento do Tesouro Nacional é um tema sobre o qual não há limite, contrariando, inclusive, norma da Constituição, o art. 52, e norma da Lei de Responsabilidade Fiscal. Até hoje o Senado não regulamentou o limite de endividamento do Tesouro Nacional.

Ou seja, os Governos estão agindo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pelo menos não teremos a crise dos Estados Unidos no Parlamento! (Risos.)

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Os Governos estão agindo de costas para a Constituição porque para isso não há limite. Quando o Governo agiu para ampliar a margem de financiamento do BNDES, em dois anos emitiram-se 260 bilhões de reais em títulos públicos. Para isso não houve limite.

Então, eu gostaria muito de fazer uma discussão de natureza filosófica e pedagógica sobre o que nós queremos para a Educação no Brasil. Parece-me que estamos deixando de lado a discussão sobre que educação nós queremos, para nos enquadrar em limites restritos que estão sendo justificados pelo Ministério da Fazenda.

Então, no meu ponto de vista, precede a discussão do percentual do PIB a discussão sobre que educação nós queremos.

Acabamos de assistir, semana passada, à publicação de dados que demonstram a disparidade do investimento *per capita* no Nordeste em relação ao Sul, Sudeste, Norte e Centro-Oeste. Então, se nós formos discutir quantas pamonhas vamos fazer com a quantidade de milho que está na carroceria do caminhão, não vamos a lugar nenhum.

Nós aprovamos — o Deputado Raul Henry está lembrando aqui — uma iniciativa que eu sugeri: um convite ao Ministro. Eu já fui informado pela minha assessoria de que há indicação de que o Ministro não virá.



Eu acho que nós somos membros de Poder, temos que dialogar de igual para igual. Todos nós ralamos muito para chegar a esta Casa, muito! Uns mais, outros menos, mas ralamos muito.

Eu quero aqui reiterar que seria muito importante que nós, na discussão do financiamento, tivéssemos a mesma conduta que tivemos na discussão do FUNDEB. Nós fomos ao Ministro Palocci. Foram duas audiências. Alguns Deputados que estão hoje nesta Comissão eram membros da Comissão Especial do FUNDEB. Nós não abrimos mão. Por que vamos aceitar que mandem, sem nenhum demérito a suas funções, o adjunto do adjunto do adjunto do Ministério da Fazenda, o Subsecretário ou o Secretário-Executivo? Por que as pessoas não têm o equilíbrio de vir discutir com a Comissão que trata do Plano Nacional de Educação?

Eu não abro mão. Eu não abro mão. O requerimento aprovado é de convocação ou de convite ao Ministro Guido Mantega e à Ministra do Planejamento — talvez possa ser inserido convite ao Ministro Aloizio Mercadante, que conheço há mais de trinta anos, fiz movimento docente com ele no ANDES. Não abro mão de ouvirmos os Ministros de Estado. Nós estamos discutindo um plano de Estado; são dez anos para a educação brasileira.

Pois não, Deputado Amin. Com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Esperidião Amin.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Para complementar o que...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Encerro, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Não, só para complementar e dizer o seguinte. Com todo o respeito ao trabalho que a Comissão está fazendo — eu sou suplente da Comissão, tenho procurado participar, dei a minha contribuição, tenho acompanhado o esforço do Deputado Vanhoni —, vamos ser bem claros: plano sem fundos é cheque sem fundo. Se não se pode discutir o que vai custeá-lo, não adianta fixar meta, e quem pode dizer quais são os fundos do plano é o Governo. E o Governo é integrado essencialmente pela Presidente da República e pelos seus auxiliares diretos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Só a título de informação a ambos que chegaram na sequência, como havia o indicativo de vir aqui alguém que,



embora estivesse envolvido com o debate do financiamento, representasse um escalão terciário, os Parlamentares presentes anteriormente não aceitaram porque querem alguém que tenha poder de mando e poder decisório.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Eu só expliquei o por quê.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Sim. Então, foi tomada aqui anteriormente a decisão de que, no dia 14, uma reunião conjunta da Comissão de Educação e da Comissão do PNE recepcionará o Ministro Mercadante para as boas-vindas, no caso da Comissão Permanente, e para o debate, no caso da do PNE. E nas datas possíveis de 6, 7 ou 13, duas terças-feiras ou uma quarta-feira, nós recepcionaremos a titularidade de mando do Ministério da Fazenda, segundo a Comissão, admitida na expressão “*primeira opção o Ministro e, segunda opção, o seu Secretário-Adjunto*”. Foram duas opções colocadas aqui. E o Sr. Fabiano Lima, Assessor de Relações Institucionais, se comprometeu a construir conosco essa possibilidade em relação a esse tema.

V.Exa., Deputado Rubem, levantou duas questões relacionadas à ida ao Palocci. V.Exa. propõe outra discussão: uma audiência em Ministério com o Ministro.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - V.Exa. me permite? Nós estamos falando da mesma coisa. Eu citei o fato de que, no episódio do FUNDEB, quando se entrou em conflito no caso da inclusão das creches, nós decidimos ter uma audiência com o Ministro da Fazenda, e o Ministro admitiu que a audiência fosse no Ministério. Para mim não há diferença: ou a montanha vai, ou Maomé vem.

Agora, eu considero, com todo o respeito à opinião dos colegas, que seria um retrocesso nós, discutindo um plano decenal, que vai ter, no seu transcurso, dois PPAs — 2012 a 2015 e 2016 a 2019 —, nós não discutirmos com quem tem a chave do cofre. As outras decisões, que implicam em aumento de investimento, quem decide não é o Adjunto; quem decide é o Ministro da Fazenda — emissão de títulos, liberalização da margem de endividamento dos Estados.

Três Estados agora, Rio Grande do Norte, Goiás e outro, tiveram aumento da sua margem de endividamento decidida pelo Ministério da Fazenda. Então, por que, na discussão do Plano Nacional de Educação, nós, Comissão do Poder Legislativo, um Poder de Estado, vamos aceitar que não discutamos com o Ministro da Fazenda, e sim com o Adjunto?



Eu já estive em mesa de debate com o Dr. Nelson Barbosa. É uma figura de grande formação acadêmica, uma figura exemplar, de bom debate, mas a questão não é da pessoa física; a questão é impessoal, é institucional.

Era essa a opinião que eu queria expressar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Feito o registro, nós estamos com a questão direcionada ao Fabiano para fazer o encaminhamento e nos informar o mais rápido possível.

Em relação ao tema anterior, a primeira questão que V.Exa. levantou, Deputado Rubem, eu queria fazer uma sugestão: marcamos uma reunião conjunta com a Comissão de Educação para o dia 14, deixarmos em aberto os dias 6, 7 e 13 e fazermos, então, uma reunião específica. Eu acho que reunião em gabinete não é bom. Nós faríamos uma reunião formal da Comissão do PNE para abrir a discussão. A quem puder estar presente, só trataremos disso. Fica uma reunião para tratarmos disso e, no próximo dia 6, exceto se o Ministro puder vir, aí ele substitui esse momento. Se não, na terça-feira, dia 6, com o Deputado Vanhoni, com Daniel, Marcelino e Mozart, com sua expectativa e experiência, e com quem da Comissão estiver, da mesma forma, organizaríamos o estudo, a avaliação e as aferições que o Deputado Vanhoni fez e nós faríamos aqui um aprofundamento temático sobre educação e financiamento.

De acordo? *(Pausa.)*

Então, terça-feira que vem, dia 6, às 14h30min, nós faremos um debate prévio específico sobre os conceitos e expectativas quanto a financiamento e sobre a educação que queremos, vis-à-vis.

Nada havendo mais a tratar, está encerrada a presente reunião.